

TRT 4-RS

**Analista:
Judiciário - Área Judiciária**

Tribunal Regional do
Trabalho da 4ª Região
- Rio Grande do Sul



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Domínio da ortografia oficial.
2. Emprego da acentuação gráfica.
3. Emprego dos sinais de pontuação.
4. Emprego do sinal indicativo de crase.
5. Flexão nominal e verbal.
6. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
7. Domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual.
8. Emprego de tempos e modos verbais.
9. Vozes do verbo.
10. Concordância nominal e verbal.
11. Regência nominal e verbal.
12. Morfossintaxe.
13. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).
14. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
15. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
16. Figuras de linguagem.
17. Argumentação.
18. Discurso direto, indireto e indireto livre.
19. Adequação da linguagem ao tipo de documento.
20. Classes de palavras e termos da oração.
21. Processos de coordenação e subordinação

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.
2. Frações e operações com frações.
3. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.
4. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as

condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

5. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
6. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

LEGISLAÇÃO

1. Lei nº 8.112/1990 e alterações: Das Disposições Preliminares; Do Provimento, Da Vacância, Da Remoção, Da Redistribuição e Da Substituição; Dos Direitos e Vantagens: Do Vencimento e da Remuneração, Das Vantagens, Das Férias, Das Licenças e Dos Afastamentos; Do Regime Disciplinar: Dos Deveres, Das Proibições, Da Acumulação, Das Responsabilidades e Das Penalidades. Processo administrativo disciplinar.
2. Lei nº 9.784/1999.
3. Lei nº 8.429/1992 e Lei nº 14.230/2021.
4. Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).
5. Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
6. Lei 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
7. Regimento Interno do TRT da 4ª Região.
8. Resolução CNJ nº 400/2021 (Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: princípios fundamentais.
2. Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.
3. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

4. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.
5. Da organização do Estado: da organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.
6. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.
7. Da Organização dos Poderes.
8. Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
9. Do Poder Legislativo: do Congresso Nacional, das atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Processo Legislativo, da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
10. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais e Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.
11. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Da Justiça do Trabalho: organização e competência.
2. Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
3. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.
4. Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça.
5. Do Ministério Público do Trabalho: organização e competência.
6. Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC).
7. Prescrição e decadência.
8. Prescrição intercorrente.
9. Dos atos, termos e prazos processuais.
10. Da distribuição.
11. Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos.
12. Custas e emolumentos para a Fazenda Pública.
13. Hipóteses de isenção.
14. Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais.

15. Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial.
16. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.
17. Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição.
18. Da responsabilidade por Dano Processual.
19. Dos conflitos de jurisdição/competência.
20. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.
21. Das provas.
22. Da decisão e sua eficácia.
23. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.
24. Do procedimento ordinário e sumaríssimo.
25. Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança.
26. Da ação civil pública.
27. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
28. Do processo de Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial.
29. Da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.
30. Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.
31. Da execução: execução provisória e definitiva; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.
32. Da citação, do depósito da condenação e da nomeação de bens.
33. Garantias na execução.
34. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990).
35. Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros.
36. Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução.
37. Dos recursos no processo do trabalho.
38. Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico;
39. Lei 13.467 de 2017 (Reforma Trabalhista);
40. Da Política Judiciária de Tratamento Adequado das Disputas de Interesse na Justiça do Trabalho (Resoluções CSJT nºs 174/2016 e 288/2021 e Resolução Administrativa TRT4 nº 05/2022);
41. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho;
42. Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.
43. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual

- do Trabalho.
44. Lei 6858/80.
45. Lei 5584/70.

DIREITO DO TRABALHO

1. Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.
2. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).
3. Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.
4. Trabalho intermitente.
5. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.
6. Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.
7. Da identificação profissional: da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, sua emissão, entrega e anotações; do valor das anotações da CTPS.
8. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.
9. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.
10. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.
11. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.
12. Do aviso prévio.
13. Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável; da força maior.
14. Da duração do trabalho: da jornada de trabalho;
15. Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.
16. Do salário mínimo: conceito, irreduzibilidade e garantia.
17. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; das férias coletivas; da remuneração e do abono de férias, dos efeitos da cessação do contrato de trabalho; do início da prescrição.
18. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário;

- modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.
19. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.
 20. Do FGTS.
 21. Da prescrição e decadência.
 22. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; do equipamento de proteção individual - EPI; das atividades insalubres e perigosas.
 23. Das disposições especiais sobre duração e condições de Trabalho (Capítulo I do Título III da CLT); Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor (Capítulos III e IV do Título III da CLT).
 24. Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade (art. 10 do ADCT).
 25. Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.
 26. Do direito de greve; dos serviços essenciais.
 27. Da renúncia e transação.
 28. Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017).
 29. Dano moral nas relações de trabalho.
 30. Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.
 31. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.
 32. Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.
 33. Reforma Trabalhista - Lei 13467 de 2017.
 34. Acidentes do Trabalho.
 35. Princípios gerais de responsabilidade civil trabalhista.
 36. Assédio moral e sexual.
 37. Princípios da igualdade e da não discriminação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.
2. Princípios gerais do processo civil. Fontes.
3. Lei processual civil: Eficácia, Aplicação e Interpretação.
4. Direito Processual Intertemporal: Critérios.
5. Jurisdição: conceito, característica, natureza jurídica, princípios e limites.
6. Competência: critérios determinadores; competência originária dos Tribunais Superiores; Competência absoluta e relativa; Modificações; Meios de declaração de incompetência.

7. Conflitos de competência e de atribuições.
8. Direito de ação: elementos; condições; classificação e critérios identificadores.
9. Concurso e cumulação de ações.
10. Conexão e continência.
11. Processo: Noções gerais.
12. Relação Jurídica Processual.
13. Pressupostos Processuais.
14. Processo e procedimento.
15. Espécies de processos e de procedimentos.
16. Objeto do processo.
17. Mérito.
18. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.
19. Sujeitos Processuais: Partes e Procuradores; Capacidade e Legitimação; Deveres e Responsabilidades; Representação e Substituição Processual; Despesas, Honorários Advocatícios e Multas; Gratuidade da Justiça.
20. Do Litisconsórcio.
21. Da Intervenção de Terceiros: Assistência; Denúnciação da Lide; Chamamento ao Processo; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Amicus Curiae.
22. Do Juiz: Poderes, deveres e responsabilidades; Impedimento e Suspeição.
23. Auxiliares da Justiça: do perito, do intérprete e do tradutor.
24. Ministério Público.
25. Advocacia Pública.
26. Defensoria Pública.
27. Das Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
28. Dos Atos Processuais: da forma, do tempo, do lugar e dos prazos.
29. Da Comunicação dos Atos Processuais: citação, cartas e intimações.
30. Das Nulidades.
31. Da Tutela Provisória: tutela de urgência e de evidência.
32. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo.
33. Do Procedimento comum: aspectos gerais; fases; Petição inicial e seus requisitos; do pedido.
34. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido; Da contestação, da reconvenção e da revelia.
35. Das providências preliminares e do saneamento.
36. Do Julgamento conforme o estado do processo.
37. Das Provas: distribuição do ônus da prova; Fatos que independem de prova; produção antecipada da prova; exame e valoração da prova; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; documentos eletrônicos; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial.
38. Da sentença: conceito, classificações; elementos e efeitos; publicação; remessa

necessária; do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.

39. Da Coisa Julgada: conceito, espécies e limites.
40. Da liquidação de sentença: espécies e procedimento.
41. Do cumprimento da Sentença.
42. Meios de impugnação à sentença.
43. Recursos: disposições gerais; agravos interno e de instrumento; embargos de declaração.
44. Repercussão geral.
45. Súmula vinculante.
46. Recursos repetitivos.
47. Processo de Execução: princípios gerais; espécies; execução contra a Fazenda Pública; Regime de Precatórios; Requisições de Pequeno Valor.
48. Execução de obrigação de fazer e de não fazer.
49. Execução por quantia certa: disposições gerais; citação e arresto; penhora, depósito e avaliação; expropriação de bens; satisfação do crédito.
50. Embargos à Execução.
51. Exceção de pré executividade.
52. Remição.
53. Da Suspensão e extinção do processo de execução.
54. Procedimentos Especiais: generalidades, características e espécies; Ação de Consignação em Pagamento; Embargos de Terceiro; Ação Monitória, Restauração de Autos; Ação Popular; Ação Civil Pública.
55. Mandado de Segurança.
56. Mandado de Injunção.
57. Mandado de Segurança Coletivo.
58. Habeas Data.
59. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.
60. Ação Direta de Inconstitucionalidade.
61. Ação Declaratória de Constitucionalidade.
62. Declaração incidental de inconstitucionalidade.
63. Do incidente de Assunção de Competência.
64. Do incidente de Arguição de Inconstitucionalidade; Do Conflito de Competência; Da ação Rescisória; Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Da Reclamação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração pública: princípios básicos.
2. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.
3. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.
4. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.
5. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).
6. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.
7. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.
8. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.
9. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).
10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.
11. Responsabilidade extracontratual do Estado.
12. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).
13. Lei nº 11.416/2006.
14. Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021).
15. Serviços públicos.
16. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade.
17. Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão.
18. Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso.
19. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa.
20. Terceiro Setor: Entes paraestatais



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br